

# A INICIAÇÃO CIENTÍFICA: um aprendizado do trabalho científico da realidade social

Maria Julieta Costa Calazans\*

## CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA PROBLEMÁTICA

O encaminhamento que pretendemos adotar para a discussão do tema é de duas ordens: a) um primeiro aspecto situa-se na perspectiva do aprendizado, das exigências e limites do trabalho científico; b) o segundo propõe-se a discutir a função pedagógica do trabalho de investigação e, especialmente, da iniciação científica, um dos momentos na formação do pesquisador.

Tratando-se de um tema tão instigante, cabe procurar conhecer as experiências vivenciadas em diferentes espaços para identificar os impasses e também os avanços na articulação teoria-prática no processo de iniciação científica.

Um dos dilemas no encaminhamento deste tema é a questão crucial própria do dia a dia do pesquisador, ou seja, a definição do ambiente da produção do conhecimento na universidade.

Certamente, não vamos centrar o debate neste aspecto, mas é fundamental ter claro o papel de universidade - como produtora e reprodutora do conhecimento - sobretudo quando sabemos que esta discussão articula um feixe de relações incorporadas à prática específica dos docentes e discentes no fazer científico.

Se constatarmos que a universidade investe potencialmente na reprodução, ou seja, na transmissão do saber produzido, reservando apenas uma parcela dos seus recursos, quase sempre “insignificantes”, para a produção do conhecimento, vamos esbarrar numa polêmica não muito animadora.

---

\* Professora do Curso de Mestrado em Educação do Instituto de Estudos Avançados em Educação/FGV e do Curso de Mestrado em Educação da UERJ

Deste ponto se deslocam muitas indagações:

– Como se dá a prática concreta da “iniciação científica” na instância da pesquisa e no âmbito mais amplo da universidade?

– Quais as semelhanças e diferenças nas relações de poder e de saber no trabalho de professores e alunos, quando confrontamos as ações educativas de ensinar e de pesquisar?

– Que significa, no contexto da universidade, para os docentes assumirem a pesquisa como um trabalho e para os discentes iniciarem-se neste trabalho como uma prática social?

– Para os que não se incorporaram ao trabalho, qual o significado desses passos iniciais de aprendizagem?

– Onde está situado o ponto de partida e para onde aponta a chegada dos que embarcam nesta aventura?

– Quais as “vantagens” para o professor em dividir o seu tempo, permitir a invasão do seu espaço acadêmico, privar-se do seu recolhimento, em troca da convivência desafiadora com aprendizes?

– Como sobrevivem os discentes do “autoritarismo” e da “competição”, vivenciando a luta para serem aceitos e a busca constante para afirmarem as próprias identidades aliando-se aos que não hesitam em enfrentar os constrangimentos, o “protecionismo” e até mesmo fronteiras desconhecidas?

Creemos que, para darmos conta desses "confrontos" e "contrastés", teríamos que aprofundar questões no bojo das quais esses desafios têm suas raízes: a) a questão da Universidade hoje; b) o trabalho científico e a realidade social.

a) Oliveira (1980, p. 23) nos sugere que:

*A questão da universidade é, hoje, a questão do poder e a questão do Estado. (...) (...) É preciso tomar a universidade hoje como talvez um dos espaços privilegiados, ao lado do sindical e do popular, onde se demonstra in vivo a incompatibilidade total desse sistema com a razão; (...) (...) Tomar esse espaço e sua contradição com a irrazão capitalista como a possibilidade aberta da construção da nova universidade: que começa pela assunção da gestão da universidade pelos atores da “tragédia-universitária”: estudantes, professores e funcionários; que desemboca no vasto*

*estuário da luta operária e popular, sem substituísmos nem vanguardismos, mas desfazendo, no específico universitário, o nó do desperdício, da fábrica massificante de ilustrados sem emprego, da alma burocrática, para colocar em seu lugar uma universidade que ajude a construir sua própria negação: o fim da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.*

b) Limoeiro em sua fala sobre “Desafios, exigências e limitações do trabalho científico numa perspectiva epistemológica” nos apoia oferecendo bases conceituais.

*A argumentação que desenvolvemos, diz Limoeiro, coloca três necessidades ou exigências para a realização do trabalho científico da realidade social. Em primeiro lugar, a automização ideológica frente às ideologias dominantes (condição de possibilidade da explicação científica da sociedade) depende de que esteja em curso, objetivamente, um processo de efetiva transformação social. Portanto, os argumentos com os quais trabalhamos não se aplicam a toda e qualquer sociedade em todo e qualquer momento. A segunda necessidade é a de que o trabalho científico de profundidade, explicativo, assuma a perspectiva da transformação, sem a qual não conseguirá largueza de horizontes suficiente para poder apreender as questões e as relações fundamentais para a própria transformação. A terceira necessidade é a teoria, teoria geral e específica do objeto que nos ocupa, teoria para chegar ao fundo das questões, para estabelecer as múltiplas determinações dos fenômenos e acontecimentos, reconhecendo suas mediações, teoria com a qual podemos pensar o objeto e explicá-lo. (Limoeiro, 1986, p. 97)*

A discussão dos dois aspectos acima contribui para elucidar e desvendar contradições que estão postas no encaminhamento de temáticas, como a presente. Essa discussão, porém, extrapola o recorte no qual estamos centrados.

No entanto, tomamos as reflexões postas como o patamar de onde partimos, na esperança de que elas fertilizem este ensaio.

## DISCUTINDO COM OS SUJEITOS DA PRÁTICA DA PESQUISA

Destacamos alguns aspectos como pontos centrais para uma discussão com os atores envolvidos na prática da pesquisa na universidade:

- a) o significado de produção na vida acadêmica;
- b) o resultado da prática conjunta do “pesquisador” e do “pesquisador aprendiz”.

Numa proposta que visa a empreender pesquisa como atividade acadêmica, supõe-se que esteja clara a função da investigação como produção de conhecimento; que se conceba o papel da prática da pesquisa, enquanto prática social; que se assuma a atividade acadêmica como um trabalho dentre outros, entendidos como fatores de transformação da sociedade.

No âmbito de uma problemática tão ampla, mesmo pretendendo-se selecionar dentre os pontos centrais da temática a produção na vida acadêmica, sabemos de antemão que a discussão se desdobrará por diferentes caminhos e elegerá diferentes aspectos como objeto de especulação. Preferimos optar pela análise de questões que contribuam para desvendar a postura dos sujeitos da ação pedagógica (docentes e discentes) relacionando-a à produção e à transmissão do conhecimento no espaço acadêmico, como desdobramentos na sociedade<sup>1</sup>.

Discutindo sobre a pesquisa na Universidade, Limoeiro (1981, p. 32) afirma que, em primeiro lugar, a “produção de conhecimento responde sempre à necessidade”; e, em segundo lugar, “esta produção de saber só é possível na medida mesma em que exista alguma disponibilidade para ela”.

Consideramos que lidando com docentes e discentes na Universidade contamos com sujeitos disponíveis e sobretudo atores inseridos no trabalho científico - essa é uma condição preliminar.

Trazemos, assim, ao debate, aspectos demarcados anteriormente, que separam os sujeitos pesquisadores em mundos distintos: os que “sabem” e os que “aprendem”. Costuma-se dizer que uns avançam na busca do conhecimento, e por esta razão são (a)creditados na “comunidade acadêmica”; e outros tentam inserir-se no processo científico, tecnológico e artístico procurando demonstrar o que podem fazer, pois trazem à academia alguma “bagagem”, embora ainda sejam vistos “como os de

fora” porque são “aprendizes”. Esta maneira radical de apresentar a contradição, vivida no dia a dia da produção no mundo acadêmico, é uma das formas de ver claro como se reproduzem, no trabalho intelectual, diferentes modos de relação e de divisão do trabalho.

Outro aspecto que consideramos central nessa discussão é indissociável do anterior. Para discuti-lo devemos buscar espaços onde se possa ter os atores aplicando práticas de pesquisa e práticas sociais que resultem numa ação conjunta de “pesquisadores experientes” e de “pesquisadores aprendizes”.

A compreensão do papel dos atores (na sua prática) na condução da pesquisa é apontada, por alguns estudiosos, como aspectos que se desencadeiam no próprio processo e a rigor são articulados entre si. Assim, para discutir a “Iniciação Científica”, é fundamental tratar esta problemática apontando para avanços científicos mas, também, trazendo ao debate questões da prática concreta da pesquisa - sua articulação com a realidade e seus desdobramentos no processo de modernização científica e tecnológica; importa também enfatizar a inserção do pesquisador na sociedade: seus saberes, cultura, valores, compromissos com os sujeitos que interagem na realidade concreta.

Este é, portanto, um tema que se abre para múltiplas questões relativas à inserção dos pesquisadores em âmbitos mais amplos:

a) compreensão da produção de conhecimentos como práxis, na medida em que esta prática passa a ser início de atividade objetiva e transformadora da realidade natural e social;

b) adesão ao fazer na pesquisa como afirmação, na medida em que os sujeitos se inserem nesse processo de produção como atores de uma prática coletiva que supõe compromisso histórico-social;

c) reconhecimento de que é um trabalho que provoca encaminhamentos para conhecer o novo, o mundo em construção, as perspectivas históricas que se fundamentam em novos paradigmas;

d) intencionalidade de contribuição para as transformações - progresso científico e tecnológico - comprometidas com a qualidade de vida do novo homem, da nova mulher, da nova sociedade de cidadãos livres.

Parece ser evidente que a produção da pesquisa como prática acadêmica, pelos seus condicionamentos e caráter social, pressupõe dos seus “atores” – os que “sabem” e os que, convencionalmente, “aprendem”

– vínculos de responsabilidade selada pela competência científica e compromisso político.

A especificidade do fazer na pesquisa, articulando perspectiva histórica e processo de conhecimento, pressupõe, ao mesmo tempo, avanço da ciência e confirmação de prática social: supõe-se, ademais, que os sujeitos que assumem desenvolver os aspectos teóricos e instrumental técnico, que asseguram esta prática, tornem “politicamente possível um processo intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais”. (Gramsci, 1980, p. 20)

O espaço que diz respeito à produção de pesquisa na vida acadêmica representa um alvo, onde perpassam questões das quais não podemos escapar, dada a evidência com que as mesmas se colocam em nossa mira.

Estas questões estão relacionadas ao grau de autonomia no trabalho do pesquisador, como produção do saber científico; autonomia diante dos limites impostos pelo Estado e por grupos dominantes no âmbito institucional do poder privado; limites intrínsecos à capacidade do pesquisador – como cientista, como político. Questões de autonomia relacionadas a diferentes formas de autoritarismo. Seja o autoritarismo do Estado que, burocratizando os canais pelos quais é veiculado o trabalho científico, tolhe a produção do saber; seja o autoritarismo assumido pelo pesquisador sob várias maneiras de desempenhar seu papel – formas de ver a realidade, suas visões de mundo isolado, pretendendo ser o detentor único e exclusivo do saber, das idéias que ele nutre e “desenvolve”; idéias que também servem para anular as iniciativas de alguns e até mesmo incorporam a de outros como suas – não poupando também o conhecimento (saber) que recolhe das camadas populares. Autoritarismo que utiliza o espaço da pesquisa para tornar claro aos que pretendem “aprender” que o pesquisador tem “saber” e por isto mesmo tem “poder”, para exigir autoritariamente e sem reservas o trabalho e o tempo dos que se candidatam ao ofício de “aprendiz”.

E, no limite dessas questões, há outros estigmas que ora solapam a prática da pesquisa como prática social, ora escamoteiam os caminhos críticos construídos e orientados pelas “concepções objetivas” - frutos do conhecimento científico.

Neste patamar, gostaríamos de ressaltar os aspectos pertinentes ao conceito de “trabalho científico”, o sentido da objetividade (não dizendo respeito à neutralidade) relacionada à postura, ao compromisso do sujeito

pesquisador com o “fazer na pesquisa”. O fazer na pesquisa como trabalho coletivo, livre, criativo e transformador, na medida em que contribui para a formação dos que “sabem”; e, porque sabem, continuam aprendendo na realidade do dia a dia, onde exercem a sua prática.

É neste sentido que a prática da pesquisa é uma prática pedagógica, que sistematiza a formação através do trabalho orgânico dos sujeitos integrados num coletivo, exercido democraticamente, buscando historicamente contribuir para o progresso do conhecimento, tendo sempre presente que os fundamentos teórico-metodológicos devem ser a base primeira do produto dessa ação.

## NOTA

1. Desroche destaca que há pesquisadores profissionais. São pagos para dedicar seu tempo integralmente à pesquisa. Se vocês se sentem com gosto e capacidade para tanto, o melhor é, evidentemente, chegar a uma situação desse gênero. Mas há lugar também para pesquisadores que, mesmo sendo não-profissionais, podem cooperar com pesquisadores profissionais. Seriam amadores, dirão vocês! ... O essencial é que eles falem uma linguagem comum: uma linguagem de pesquisadores, aberta à linguagem das instituições ou dos movimentos sociais e, inversamente, uma linguagem de instituições ou de movimentos aberta à linguagem da pesquisa. O ajuste entre as duas vertentes não é fácil, concordo. Trata-se mesmo, talvez, de uma corrida contra o relógio: apostando-se em quem falará melhor e mais depressa a linguagem do outro e quem será, portanto, o primeiro a se tornar bilingüe. Há uma competição inscrita no fato de que doravante vida ativa e vida universitária podem cada vez menos fazer seu jogo uma independente da outra. Geralmente as pessoas se satisfazem nessa competição postulando uma reconsideração unicamente da vida universitária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRAMSCI, A. *A concepção dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LIMOEIRO, M. Desafios, exigências e limitações do trabalho científico: uma perspectiva epistemológica. In: *A pesquisa e a política educacional no Brasil e na América Latina: tendências e perspectivas*. Brasília: [s. n.], 1986. (Relatório de Seminário na Universidade de Brasília).
- \_\_\_\_\_. Universidade e estrutura de poder. Espaço: Cadernos de Cultura da USU, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 32-35, 1981.
- OLIVEIRA, F.; BORGES, W. Notas intempestivas sobre a questão da universidade II. *Estudos do CEBRAP*, 1980.